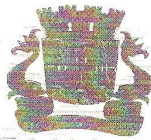


INICIATIVA

Projeto José Ribeiro Faria Júnior
Câmara Municipal de Cabedelo - PB
Assessoria de Defesa
VISTO



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELO
GABINETE DO PREFEITO

CÂMARA MUNICIPAL DE CABEDELO-PB
PUBLICAÇÃO
QUÍZENÁRIO ORÇAL

EM: 15/11/2001

VISTO

Lei Complementar N.º 08/2001

De 26 de dezembro de 2001

ALTERADA

Lei Complementar Nº 12/02
De 27/12/02
Câmara Municipal de Cabedelo, PB

VISTO

DISPÕE SOBRE AS ALTERAÇÕES AO
CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL, LEI
COMPLEMENTAR Nº 02/97 E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CABEDELO (PB):

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º O § 2º do art. 35 da Lei Complementar nº 02, de 30 de dezembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 35. [.....]

§ 2º Os oficiais de registro de imóveis ficam obrigados a remeter à Secretaria de Finanças, até o dia dez de cada mês, uma relação das alterações de seus registros, ocorridas no mês imediatamente anterior, no que diz respeito a transferência de direitos reais ou pessoais imobiliários, por instrumento público ou particular, indicando o nome, endereço e número de registro no cadastro de pessoas físicas da Receita Federal dos adquirentes, bem como os dados completos da localização do bem.”

Art. 2º O art. 36 da Lei Complementar nº 02, de 30 de dezembro de 1997, sendo acrescido de um parágrafo único, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 36. Os responsáveis por loteamentos ficam obrigados a fornecer mensalmente à Secretaria de Finanças uma relação dos lotes que, no mês anterior, tenham sido objeto de cessão de direitos pessoais ou reais imobiliários, por instrumento particular, indicando o nome, endereço e o número de registro no cadastro de pessoas físicas da Receita Federal dos adquirentes, bem como os dados completos da localização do bem.

88



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELO
GABINETE DO PREFEITO

Parágrafo único. Na mesma obrigação deste artigo incorrem as construtoras, quanto à cessão, por meio de corretagem ou não, de direitos relativos às suas unidades autônomas.”

Art. 3º Fica acrescentado ao art. 64 da Lei Complementar nº 02, de 30 de dezembro de 1997, o § 2º, renumerado o atual parágrafo único para § 1º, com a seguinte redação:

“**Art. 64.** [.....]

§ 1º Quando o contribuinte exercer mais de uma atividade e dentre elas constar atividade isenta ou que permita deduções, a escrita fiscal e/ou contábil deverá registrar as operações de forma separada.

§ 2º Não sendo atendida a exigência do parágrafo anterior, o agente fiscal, para efeito da constituição do crédito tributário, solicitará ao sujeito passivo demonstrativos comprovados das atividades tributáveis integralmente, das tributáveis parcialmente e das não tributáveis.”

Art. 4º O parágrafo único do art. 67 da Lei Complementar nº 02, de 30 de dezembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

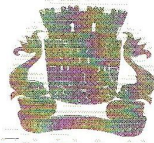
“**Art. 67.** [.....]

Parágrafo único. As isenções de tratam os incisos deste artigo não excluem os contribuintes beneficiados da condição de responsáveis solidários pelos tributos que lhe caibam reter na fonte.”

Art. 5º O art. 71 da Lei Complementar nº 02, de 30 de dezembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação, ficando revogado o seu parágrafo 3º:

“**Art. 71.** [.....]

I – a empresa prestadora, estabelecida ou domiciliada em Cabedelo, não comprovar sua inscrição no Cadastro Mercantil de Contribuintes



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELO
GABINETE DO PREFEITO

ou deixar de emitir a Nota Fiscal de Serviços, estando obrigada a fazê-lo;

II – a empresa prestadora não for estabelecida ou domiciliada em Cabedelo;

III – o profissional autônomo prestador do serviço, domiciliado em Cabedelo, não estiver inscrito no Cadastro Mercantil de Contribuintes ou, quando inscrito, não apresentar o comprovante de quitação do imposto referente ao exercício em que o serviço for prestado;

IV – o profissional autônomo prestador do serviço não for domiciliado em Cabedelo.

§ 1º [.....]

§ 2º Quando o serviço for prestado por profissional autônomo, a alíquota utilizada para o cálculo do imposto retido importará em 5% do preço ajustado.”

Art. 6º O art. 74 da Lei Complementar nº 02, de 30 de dezembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação, revogando-se os incisos I e II, parágrafo único e alíneas “a” e “b”:

“**Art. 74.** Considera-se local da prestação de serviço aquele onde ocorreu o fato gerador da obrigação tributária principal.”

Art. 7º O inciso IV do art. 79 da Lei Complementar nº 02, de 30 de dezembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação, sendo-lhe acrescentado o § 3º:

“**Art. 79.** [.....]

IV - o sujeito passivo não atender a solicitação do agente fiscal prevista no § 2º, do art. 64 desta lei complementar;

§ 3º Fica assegurado ao sujeito passivo o direito de requerer a retificação do lançamento, demonstrando, comprovadamente, que o

8



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELLO
GABINETE DO PREFEITO

arbitramento da base de cálculo se deu em valor superior ao realmente ocorrido.”

Art. 8º O agente passivo da obrigação tributária durante a ação fiscal poderá recolher os valores reputados devidos pela fiscalização no prazo de 15 (quinze) dias, com os acréscimos legais, findo esta prazo a autoridade fiscal emitirá os referidos autos de infração.

Paço Municipal de Cabedelo (PB), aos 26 de dezembro de 2001; 180º da Independência, 113º da República e 46º da Emancipação Política Cabedelense.


JOSE RIBEIRO FARIAS JÚNIOR

Prefeito